



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 10665.001308/2001-00  
**Recurso nº** Especial do Procurador  
**Acórdão nº** 9303-002.760 – 3ª Turma  
**Sessão de** 21 de janeiro de 2014  
**Matéria** PIS  
**Recorrente** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** FERROESTE INDUSTRIAL LTDA. FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 31/01/1996 a 31/07/2001

PIS. REGIME CUMULATIVO. BASE DE CÁLCULO . ALARGAMENTO.

A base de cálculo da contribuição para a Cofins, até a vigência da Lei 10.637/2001, era o faturamento, assim compreendido a receita bruta da venda de mercadorias, de serviços e mercadorias e serviços, afastado o disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 por sentença proferida pelo plenário do Supremo Tribunal Federal em 09/11/2005, transitada em julgado em 29/09/2006.

Recurso Especial do Procurador Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso especial.

(assinado digitalmente)

Marcos Aurélio Pereira Valadão - Presidente Substituto

(assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas - Relator.

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Nanci Gama, Júlio César Alves Ramos, Rodrigo Cardozo Miranda, Rodrigo da Costa

Autenticado digitalmente em 31/07/2014 por RODRIGO DA COSTA POSSAS, Assinado digitalmente em 31/07/2014

por RODRIGO DA COSTA POSSAS, Assinado digitalmente em 04/08/2014 por MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO

Impresso em 27/08/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Pôssas, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, Joel Miyazaki, Maria Teresa Martínez López, Gileno Gurjão Barreto (Substituto convocado) e Marcos Aurélio Pereira Valadão (Presidente Substituto).

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pela pelo sujeito passivo, contra acórdão proferido pela 2<sup>a</sup> Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, que deu provimento parcial, por maioria de votos, ao Recurso Voluntário, sob a seguinte ementa:

*Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep*

*Período de apuração: 31/01/1996 a 31/07/2001*

*Excluem-se da base de cálculo da contribuição as “outras receitas”, por força da declaração de inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98.*

*Recurso provido em parte.*

Foi lavrado o auto de infração lavrado em 04/12/2001 (fl. 34) para exigir o crédito tributário relativo ao PIS, multa de ofício e juros de mora, em razão da falta de recolhimento da contribuição.

Segundo a descrição dos fatos de fl. 08, foi detectado que a base de cálculo do PIS foi declarada a menor em relação ao que foi escriturado no livro de apuração do IPI. Entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2000, foram acrescidas a “outras receitas” que, de acordo com a Lei nº 9.718/98, integram a base de cálculo da contribuição. Por deficiência na escrituração da empresa, não foram lançadas as “outras receitas” durante o ano de 2001.

A 1<sup>a</sup> Turma da DRJ em Belo Horizonte - MG, por meio do Acórdão nº 3.141, de 17/03/2003 (fls. 165/178), manteve em parte o lançamento.

Regularmente notificado daquele Acórdão em 02/04/2003, o sujeito passivo interpôs o recurso voluntário de fls. 152/208, em 02/05/2003, instruído com os documentos de fls. 209/218, no qual constou o arrolamento de bens. Alegou, em síntese, que ocorreu a decadência do direito de lançar a contribuição em relação aos períodos de apuração encerrados até junho de 1996. No mérito, sustentou que é cabível a apreciação de matéria constitucional pelos tribunais administrativos e argüiu a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo da contribuição de modo a abarcar a outras receitas além daquelas provenientes do faturamento pela venda de bens e serviços. Acrescentou que a contribuição é inexigível sobre recuperação de despesas e variações cambiais e monetárias. Insurgiu-se contra os juros de mora na forma posta no lançamento. Requeru que o Colegiado dê provimento ao recurso para que seja determinado o cancelamento do auto de infração.

O processo foi baixado em diligência por meio da Resolução nº 202-00.679, de fls. 224/229, a fim de que fossem demonstrados a composição e os valores das recuperações

de despesas, tendo retornado com os documentos de fls. 232/345 e com o relatório de diligência de fls. 346/348.

Intimado do relatório da diligência, à fl.348, o sujeito passivo absteve-se de apresentar manifestação.

O Recurso Voluntário foi provido, nos termos da ementa transcrita acima.

A PGFN interpôs Recurso Voluntário, que foi recebido somente em relação à possibilidade das receitas financeiras e as variações cambiais integrarem a base de cálculo do PIS.

A recorrida apresentou contrarrazões.

## Voto

Os requisitos para se admitir o Recurso Especial foram todos cumpridos e respeitadas a formalidades previstas no RICARF.

A única matéria a ser discutida por esse colegiado é a inclusão de receitas consideradas faturamento pela fiscalização e que foram incluídas na base de cálculo da contribuição na lavratura do respectivo auto de infração.

As receitas apuradas pela fiscalização e contestadas pelo contribuinte são as receitas financeiras e variações cambiais.

No período em que o lançamento se refere, assim dispunha quanto à base de cálculo do PIS:

*"Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento, observadas a legislação vigente e as alterações introduzidas por esta Lei.*

*Art. 3º O faturamento a que se refere o artigo anterior corresponde à receita bruta da pessoa jurídica.*

*§1º Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas.*

*§2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta:*

*I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e*

*Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;*

*II - as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;*

*III - os valores que, computados como receita, tenham sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo (revogado pela MP nº 2.158-35, de 24/08/2001,*

*IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.*

*(...). ”*

Ora, segundo estes dispositivos legais, a base de cálculo do PIS é o faturamento mensal da pessoa jurídica correspondente a sua receita bruta, assim entendida o total de suas receitas independentemente de suas naturezas e classificação contábil adotada, deduzidos os valores expressamente discriminados.

No entanto, especificamente quanto a outras receitas, ou seja, receitas não-operacionais – ampliação da base de cálculo – o Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito dos Recursos Extraordinários nºs 357.950 e 358.273, com decisões transitadas em julgado em 5 de setembro de 2006, considerou inconstitucionais as alterações das bases de cálculo do PIS e da Cofins, promovidas pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998, art. 3º, §1º.

**BASE DE CÁLCULO DA COFINS  
INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 3º § 1º, DA LEI  
8.718/98**

*O Tribunal resolveu questão de ordem no sentido de reconhecer a existência de repercussão geral da questão constitucional, reafirmar a jurisprudência da Corte acerca da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e negar provimento a recurso extraordinário interposto pela União. Vencido, parcialmente, o Min. Marco Aurélio, que entendia ser necessária a inclusão do processo em pauta. Em seguida, o Tribunal, por maioria, aprovou proposta do Min. Cezar Peluso, relator, para edição de súmula vinculante sobre o tema, e cujo teor será deliberado nas próximas sessões. Vencido, também nesse ponto, o Min. Marco Aurélio, que se manifestava no sentido da necessidade de encaminhar a proposta à Comissão de Jurisprudência. Leading case: RE 585.235-QO, Min. Cezar Peluso.*

1

Também, o próprio Poder Executivo, levando-se em conta estas decisões, revogou, por meio da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 79, inciso XII (MP nº 449, de 03/12/2008), aquele parágrafo primeiro que determinava a ampliação da base de cálculo dessas contribuições.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 31/07/2014 por RODRIGO DA COSTA POSSAS, Assinado digitalmente em 31/07/2014

por RODRIGO DA COSTA POSSAS, Assinado digitalmente em 04/08/2014 por MARCOS AURELIO PEREIRA VALA

DAO

Impresso em 27/08/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Dessa forma, deve ser afastada a exigência do PIS sobre outras receitas, mantendo-a somente o faturamento mensal, assim considerado a receita bruta das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviço de qualquer natureza.

Em face do exposto, voto no sentido de negar provimento ao Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional.

(assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas - Relator